

Percorrendo as trilhas da vida: Trajetória educacional indígena do cacique José Damasceno Forte Karipuna

Recorriendo los senderos de la vida: trayectoria educativa indígena del cacique José Damasceno Forte Karipuna

José Damasceno Forte Karipuna
Luiz Eduardo Paulino da Silva
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Oiapoque – Brasil

Resumo

Esta pesquisa é decorrente de um trabalho de conclusão de curso da graduação e descreve, em linhas gerais, a trajetória do cacique José Damasceno Forte Karipuna a partir das narrativas construídas em sua caminhada, objetivando rememorar sua trajetória e enfatizando aspectos educacionais e acadêmicos ao longo de sua vida, com enfoque desde a infância até a fase adulta. Trata-se de um estudo ancorado teoricamente nos pressupostos da autobiografia, em que se construiu uma escrita de si a partir de suas memórias e história de vida desenvolvida a partir das experiências vividas. Mesmo este escrito não intencionando construir um estudo teórico sobre a memória, ousamos citá-la devido à importância dessa temática na trajetória desse ser humano, pai, cidadão, cacique, educador, sujeito formador de opiniões e, por que não dizer, homem com ânsia de conhecimento. As trilhas da vida anunciam o enfrentamento dos desafios para uma construção de saberes indígenas do povo Karipuna, historicamente enraizado por ser destemido, forte e lutador.

Palavras-chave: Trajetória de vida; Educação; Povos indígenas.

Resumen

Esta investigación es resultado de un trabajo de conclusión de curso de pregrado y describe, en términos generales, la trayectoria del cacique José Damasceno Forte Karipuna a partir de las narrativas construidas durante su recorrido, con el objetivo de recordar su trayectoria y enfatizando los aspectos educativos y académicos a lo largo de su vida, centrándose desde la niñez hasta la edad adulta. Se trata de un estudio teóricamente anclado en los supuestos de la autobiografía, en la que se construyó una escritura de uno mismo a partir de los recuerdos y la historia de vida desarrollada a partir de experiencias vividas. Si bien este escrito no pretende construir un estudio teórico sobre la memoria, nos atrevemos a mencionarlo por la importancia de este tema en la trayectoria de este ser humano, padre, ciudadano, jefe, educador, sujeto formador de opinión y, por qué no digo, hombre con afán de conocimiento. Los senderos de la vida anuncia el enfrentamiento de desafíos para la construcción de conocimientos indígenas del pueblo Karipuna, históricamente arraigados en ser intrépidos, fuertes y luchadores.

Palabras clave: Trayectoria de vida; Educación; Pueblos indígena

1 Introdução

A vida é feita de trilhas, uns escolhem percorrer longos caminhos, alguns decidem fazer atalhos, outros estagnam em um único lugar, prefiro seguir as trilhas da vida. (Silva, 2024). Chamo-me José Damasceno Forte Karipuna, tenho 50 anos de idade, nasci no dia 08 de dezembro de 1973, na aldeia do Açaizal, pertencente ao município de Oiapoque. Sou filho de Manoel Ramos Damasceno e Maria Lúcia Forte.

Meu pai era um conselheiro da comunidade, um homem de luta em favor das pessoas da aldeia. Concluí o terceiro ano do ensino médio na modalidade EJA, com 42 de idade, em minha aldeia. Após 5 anos de conclusão do ensino médio, ingressei na universidade, especificamente na Licenciatura em Pedagogia. No decorrer dos 4 anos na academia, aprendi a partilhar conhecimentos, sobretudo sobre meu povo, minha origem e minhas trilhas percorridas.

Segundo Freire (1985, p. 49), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”. Esses saberes diferenciados foram acontecendo durante minha trajetória acadêmica, entre colegas, professores, coordenação, direção de campus e com a comunidade universitária.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral rememorar minha trajetória, enfatizando aspectos educacionais e acadêmicos ao longo da vida, com enfoque desde a infância até a fase adulta. Como objetivos específicos, elenco: narrar minha trajetória no percurso estudantil; refletir sobre as experiências vivenciadas antes e durante a graduação; e publicar essas narrativas para que outros acadêmicos sejam estimulados a partilhar conhecimentos.

Procuro neste trabalho discorrer sobre a jornada de um homem que acreditou na transformação por meio da educação, percebendo que ela está envolvida por todas as partes. Como afirmou Brandão, (2009, p. 3), “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”.

Sou casado e pai de dez filhos. Para minha consternação, perdi de forma trágica o meu primeiro filho, que estava apenas com 10 anos de idade. Atualmente sou incentivador dos meus filhos para que não parem de estudar e procurem, por meu exemplo, não desistir.

Iniciei minha participação no movimento indígena aos 15 anos de idade, pois era dirigente da igreja católica na aldeia Açaizal. No ano de 2000, tive a oportunidade de ser escolhido para assumir o cargo de cacique, o qual exerci por 18 anos, até 2018.

Contudo, sempre empenhado nos trabalhos da comunidade, nunca deixei de sonhar em ingressar na universidade, sonho esse que almejei durante muito tempo. No entanto, o que me motivou a estudar no curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), foi saber que ele me daria a oportunidade de lecionar para as crianças, adolescentes, jovens e adultos da aldeia e poder contribuir com uma educação humanizada. De acordo com Reis (2022, p. 9), “A educação é algo que se mistura à vida das pessoas. Ela está presente em todos os tempos da história do homem, nas diversas sociedades, povos, grupos, nos diferentes contextos culturais e sociais”.

A partir da ótica de uma educação humanizada, esta pesquisa analisa a escrita de si, com enfoque na autobiografia. Embora o objeto deste estudo seja a escrita de si, ele também se insere em uma trajetória autobiográfica. Assim, a pesquisa de si tem elo autobiográfico, como afirma Malatian (2024):

Os escritos autobiográficos abrangem diversas modalidades, também conhecidas como escritas de si, cuja principal característica é o uso da primeira pessoa, do singular ou plural, no discurso, em que o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta (Malatian, 2024, p. 2).

Nesse envolver da história e do mundo em que me movimento, resgato as minhas memórias por meio das reminiscências de trilhas que percorri e partilho com o leitor reflexões sobre a educação, a aldeia, a vida, a saúde e a esperança. Segundo Freire (2000, p. 5), “Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída”.

A esperança é o fio condutor que me sustenta em todos os caminhos que percorri e percorro, desde a infância até a fase adulta, sempre esperançoso, crendo que a vida tem sentido quando procuramos ajudar o próximo. Na educação renovo-me, encontro-me e, através das reminiscências, relato as memórias conservadas no decorrer de minha trajetória. Mesmo este trabalho não trazendo um estudo sobre a temática memória, comungo da ideia de que sem ela não conseguiria escrever as trilhas que percorri. Izquierdo (2011) diz que

nada somos sem memória, e concordo, é por causa dela que construímos nosso tempo presente.

Para Gondar (2005, p. 18), “admite-se hoje que a memória é uma construção”, pois ela não conduz à reconstrução do passado, mas sobretudo baseia-se em questionamentos que fazemos de nós mesmos, da nossa perspectiva atual no frescor dos acontecimentos passados.

Mesmo este escrito não intencionando construir um estudo teórico sobre a memória, ouso citá-la devido à importância dessa temática na minha trajetória como ser humano, pai, cidadão, cacique, educador, sujeito formador de opiniões e, por que não dizer, homem com ânsia de evolução. Por meio da memória sinto-me completo a compreender os trilhos percorridos no meu cotidiano. “O que o homem espera da memória é que ela o salve da degradação, que o retire do tempo, conduzindo-o às verdades eternas, formas imóveis e anteriores a tudo o que se constrói, a tudo o que muda, a tudo o que é acidental e contingente” (Gondar, 2005, p. 19).

A pesquisa autobiográfica traz relatos orais, uma vez que as experiências orais enriquecem e complementam as experiências vividas. A metodologia surge da memória, por meio da oralidade, onde fiz um percurso do trajeto percorrido. Este trabalho tem relevância por trazer, a partir das memórias, reflexões de uma educação que não se inicia ou finda na sala de aula, mas sobretudo no campo, na floresta, no rio, nas montanhas, na aldeia e em outros espaços. Como diria Brandão (2009), não há um modelo unívoco de educação, mas “educações”.

Com essa concepção de educação, faço alguns questionamentos: quais caminhos percorri até a conclusão da licenciatura em Pedagogia? Como a educação faz parte da cultura indígena? Como cacique, deixarei legado para outras gerações? Essas e outras perguntas serão respondidas no decorrer deste trabalho, de forma que refletir sobre mim, sobre meu povo e sobre outras histórias seja necessário.

O interesse em abordar esse tema surge dos enfrentamentos vividos, pois almejando melhores condições de vida para meu povo, como liderança indígena sempre estive à frente das assembleias indígenas. Enquanto cacique, fui idealizador de melhorias na educação e saúde, pois sempre acreditei que por meio da educação poderíamos reivindicar o melhor para nossa comunidade. Entendo que a educação liberta, transforma e evolui o ser humano.

Rememoro o saudoso amigo e cacique Luciano, que, enquanto representante da aldeia Manga, não buscava benefícios somente para a sua comunidade, unia-se a outros líderes indígenas para contribuir com todos. Assim, com sua ajuda, tivemos várias conquistas que partiram de um coletivo, mesmo que iniciadas por um homem que sempre quis a melhoria para seu povo.

2 Um breve histórico da aldeia açazal

Trazer o histórico de uma aldeia, de um povo, de uma etnia faz com que mergulhemos nas memórias e trajetória dos mais antigos. Escrever as lembranças de outrem é necessário para que sejam repassadas entre gerações, trazer neste capítulo o histórico da aldeia Açazal fez com que eu me aprofundasse nas memórias dos antigos como também em nossas experiências e vivências para elucidar os acontecimentos. Candau (2019) diz que, “desconsiderando alguns casos patológicos, todo indivíduo é dotado de memória”, e como seres memoráveis trago um relato da aldeia Açazal.

A aldeia Açazal foi criada no ano de 1940, tendo como primeiro morador e cacique o senhor Sebastião (Sr. Sabá). O senhor Sabá veio da aldeia de Kumarumã. Em uma viagem, quando entrou no rio Curipi, avistou uma ilha e veio ver a ilha e se agradou e falou para sua esposa, Maria Flozina dos Santos:

“vamos morar aqui e fundar uma aldeia!”. Ele tinha bastante filhos e filhas, com isso construiu a primeira casa e passou a residir em sua própria aldeia, a qual deu o nome de Açazal, motivo esse de ter muitas palmeiras deste fruto, claro, o açai. O senhor Sabá era um cacique bastante calmo, não gostava de participar de reuniões e nem assembleia geral, não gostava de estar no movimento indígena (extraído de relato do próprio Sr. Sebastião).

Percebemos que, por falta de participação do Sr. Sebastião, não existia progresso na comunidade nem ao menos um projeto de construção e crescimento que recebesse benefícios do governo federal, estadual ou municipal. Portanto, a comunidade enfrentou longos anos de dificuldades, sem auxílio e reconhecimento de aldeia que necessitava de melhorias para seu progresso, como construção de projetos que trouxessem alguns benefícios para os seus habitantes.

Segundo Aranha (1986, p. 7), “A história resulta da necessidade de reconstituirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação transformadora dos indivíduos [...]”, a autora nos faz refletir sobre o quanto a história é importante para a (re)construção de um povo que não deixa ser esquecido, indo ao encontro da memória, pois

“para conservar a lembrança e, de maneira mais ampla, para pensar, é necessário memorizar um mundo previamente ordenado” (Candau, 2019, p. 83).

A aldeia foi crescendo e, como não havia um grupo de trabalho, só o cacique tinha autoridade ali. Cada etnia tinha um cacique-geral que representava seu povo. O cacique da etnia Karipuna era o senhor Manoel Primo dos Santos (Sr. Coco), residente na aldeia Santa Isabel, que exercia a chefia-geral do povo Karipuna.

Com o passar dos anos, a população da aldeia Açaizal criou um grupo de trabalho para apoiar o cacique e organizar os trabalhos internos da comunidade, que é composta por um cacique, um vice-cacique e conselheiros. Os conselheiros são responsáveis pela fiscalização e organização das demandas dentro da aldeia, o cacique e o vice-cacique são responsáveis por procurar soluções e benefícios para a comunidade. O cacique, o vice-cacique e os conselheiros também têm como função punir as pessoas que cometem alguma violação na comunidade; o grupo determina o tipo de punição dependendo do tipo de infração, podendo até mesmo haver expulsão da aldeia em casos graves.

O grupo de lideranças, em conjunto com a comunidade, cria as próprias leis e normas internas e externas da comunidade. Atualmente a liderança é quem convoca os moradores para a reunião no interesse de discutir ou decidir assuntos pertinentes, como, por exemplo, se tem vaga para contratar alguém na área da saúde ou educação. Nesse caso, seguem o seguinte protocolo: existindo mais de um candidato, decide-se por meio de sorteio ou votação.

Compreendemos que a aldeia vem suprindo suas dificuldades ao longo da história, e como diz Aranha (1986, p. 6), “somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva”, e esse ser histórico também vai evoluindo no trajeto de sua existência.

Nessa compreensão evolucionária a aldeia vem se desenvolvendo cotidianamente. A função do cacique é procurar melhorias para sua comunidade na educação, saúde, transportes, cultura, saneamento básico e outras, para que ela se desenvolva em todos os setores. E a nossa história tem duas narrativas contadas pelos mais antigos:

Narrativa 1: Sempre escutei que Karuanãs são seres sobrenaturais que só o pajé consegue vê-los. Os grandes pajés diziam que quando o primeiro morador veio para a aldeia existiam casos misteriosos, porém, ele não acreditava em pajé,

por motivo de não ter essa crença. O primeiro morador tinha um compadre que lhe falou: se o senhor não acreditar, vai para o mato e mata um macaco ou um tatu, depois manda tua mulher tratar ou limpar essa caça no igarapé, com uns dez minutos verás o que acontecerá. Ao fazer o que foi ordenado, não passou muito tempo, escutaram um estrondo na terra. Quando eles olharam para o igarapé, tinha vários tipos de cachorro que chamavam de “janaor” eram de cores diferentes, surgiram de uma só vez, os caninos eram muito brabos. O cacique Sabá pensou em atirar em um dos animais, estava mirando em um muito bonito, foi quando o cachorro do cacique latiu e os animais desapareceram. Ele passou a acreditar e até hoje não se banham esses animais no igarapé. (José Damasceno Forte Karipuna)

Essa narrativa, contada por um morador que já faleceu, persiste até os dias atuais, e muitos têm essa lenda como crença do povo. Candau (2019, p. 6) diz que “cada geração assimila a herança cultural dos antepassados”, e nossa geração assimila e preserva algumas lendas do passado.

Narrativa 2: Os antigos narravam que em uma noite, um homem que morava na aldeia estava juntamente com seu filho, escutou um estrondo parecendo com uma bomba explodindo, rápido marcou o rumo, ou seja, marcou a direção. Ao amanhecer convidou seu filho para caçar, pegou sua patrona (uma bolsa que é feita de cipó titica, que serve para carregar o material de pesca e caça), sua espingarda e foi embora na direção do barulho que tinha ouvido na noite. Certo momento, chegando próximo à montanha, se deparou com um certo objeto que lhe causou curiosidade. Na verdade, era uma mina de ouro que tinha explodido, o homem não sabia se tinha algum valor aquele objeto, pegou uma pedra colocou na sua patrona, seu filho estava brincando com as pedras por elas serem bonitas e muito brilhantes, ralhou com a criança e foram embora. No dia seguinte pegou o filho e foram para a cidade de Oiapoque de remo, não existia motor de popa, quando chegou no rio Oiapoque, o homem mostrou a pedra para um comerciante que ficou curioso para comprar, o homem entregou a pedra para o comerciante em troca de algumas mercadorias. O homem pensou “com aquela pedra ganhei tudo isso de mercadoria, vou voltar e pedir mais”. Quando retornou ao local que tinha encontrado as pedras não existia mais objeto, o homem não aproveitou a oportunidade que teve. Atualmente o nome da montanha é Minas, localizada na aldeia Açaizal. (José Damasceno Forte Karipuna)

Essas narrativas antigas nos fazem lembrar do processo de educação ao longo da nossa existência, pois as crianças aprendem com os pais, com os irmãos mais velhos, com os avós e com aqueles mais velhos na comunidade, e por trás de cada história, seja lendária ou verídica, existe uma reflexão, ou seja, uma moral, um ensinamento, uma lição de vida.

Portanto, se o cacique de uma aldeia tiver coragem para construir na terra indígena um local para residir com sua família, esse cargo passa de pai para filho ou filha, lembrando que também pode ser escolhido pela comunidade. É preciso, porém, ter conhecimento e procurar participar dos movimentos fora da aldeia, para trazer benefícios para o povo.

Desde 1940, a aldeia Açaizal teve oito caciques: Manoel Sebastião, Martins, Raimundo, Leonardo, Celino, José Damasceno, Aldeson dos Santos e Martinho Junior, que é o atual cacique. Todas essas lideranças tiveram pouco sucesso em sua jornada por não terem conhecimentos políticos dentro e fora de sua aldeia.

A aldeia Açaizal sempre foi uma comunidade democrática e passou a ser vista na política e nos movimentos sociais através da minha gestão, pois quando cacique e trabalhando como dirigente na catequese da Igreja Católica na aldeia, tendo cursado apenas até o 5º ano do ensino fundamental, tornei-me um homem público funcional, atuante e articulado verbalmente nos espaços sociais, políticos e religiosos durante o cargo que exercia.

Sempre atuante nas reuniões e assembleias, questionava e cobrava melhorias para a comunidade. No ano de 2000, iniciei a carreira de cacique, e a comunidade principiou o crescimento política e financeiramente, com a construção de escolas e posto de saúde, com transporte, saneamento básico, contrato de professores e profissionais de saúde e energia para a comunidade, além de outras prioridades bem-sucedidas em meu mandato.

Brandão (2009) diz que é pela educação que se transforma, renova e inova. E eu sempre acreditei no meu povo e busquei melhorias para a aldeia Açaizal, acreditando que a educação está inserida em todas as partes, de forma que a comunidade percebeu o crescimento em amplas áreas a partir de minha gestão, já que é a quarta maior aldeia do povo Karipuna, na região do rio Curipi, ficando atrás apenas das aldeias Manga, Espírito Santo e Santa Isabel.

No ano de 2018, entreguei o cargo de cacique, pois participei de um processo seletivo para indígenas e quilombolas (PSEIQ) na Universidade Federal do Amapá, campus Binacional, onde fui aprovado no curso de Licenciatura em Pedagogia. Passei o cargo de cacique para o senhor Martinho Junior (o 8º cacique), que está atuando até o presente momento e dando andamento nos trabalhos na aldeia. Após dois anos, novamente fui convidado para compor o grupo de lideranças, como vice-cacique, porém não desisti de estudar, seguindo nos movimentos de lutas e conciliando os estudos com a nova função.

Ao ingressar na universidade, enfrentei algumas dificuldades, pois no início de 2020, com a chegada da pandemia de covid-19, ficamos quase um ano sem aula e outro ano com

aulas online, o que dificultou o andamento do curso, que deveria ser concluído em quatro anos, passando para quase seis anos.

Pretendo fazer um concurso federal, estadual ou municipal para que, como servidor público concursado, possa contribuir ainda mais com o povo da minha aldeia, da minha etnia e, por que não dizer, com os povos indígenas do Oiapoque.

3 A cultura e as tradições aprendidas com os mais antigos

Lembro-me bem de nossas origens, costumes e cultura, era totalmente diferente dos dias atuais, não havia energia, não tínhamos transportes, não comprávamos mercadorias na cidade, nossas casas eram todas cobertas de palha e amarradas com cipó. Para irmos à cidade do Oiapoque, descíamos o rio até o oceano, levava duas semanas para ir e voltar a remo, embarcávamos nossos produtos dentro de uma canoa chamada de “batelão,” fazíamos uma torda (um tipo de telhado de uma casa), por causa da chuva, para não molhar os produtos que levávamos e para proteger nossos parentes na viagem. Na época não existia o ramal do Manga, os mais antigos viajavam para Oiapoque para comprar somente o básico, o restante produzíamos nas aldeias, como farinha, cará, macaxeira, café em grão, cana de açúcar, arroz, milho, as frutas da natureza, além da caça e do peixe etc.

Quando criança, meus avós reuniam-se à noite com a família, acendiam uma lamparina a querosene ou óleo diesel (ainda existente), e ficávamos ouvindo-os contando histórias e aprendendo sobre respeitar a cultura dos antigos. “Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram” (Brandão, 2009, p. 4). De toda maneira, estávamos aprendendo, aquele modelo de conversa fazia parte da nossa educação.

Assim, aprendíamos a trabalhar, mariscar e caçar. Nas festas tradicionais na aldeia, que ainda existem em nossos dias, havia o respeito de um pelos outros, ou seja, existia uma harmonia entre nosso povo. Fui criado nessa cultura, cresci e aprendi bastante na minha infância, meus pais ensinaram-me a pescar, a caçar e a trabalhar, obedecendo e respeitando a tradição dos nossos ancestrais. Segundo Ancelmo e Silva (2022, p. 6), “na sociedade contemporânea, percebe-se que a aprendizagem adquirida pelas antigas gerações não foi desaparecendo ao acaso”, e em nossas aldeias ainda se guardam os costumes e culturas dos nossos antepassados.

Minha infância foi tranquila, tinha fartura, não existiam muitas doenças, a terra indígena não era invadida, não sofríamos ameaças, era uma estação de paz e do

conhecimento cultural, respirava-se ar puro, o inverno e o verão sempre aconteciam no tempo certo, o cuidado com a natureza era harmonioso. Segundo Boff (2011, p. 3), “O planeta é a minha casa, e a Terra, o meu endereço”, nesse sentido é preciso viver bem, numa casa arrumada, cheirosa e sem poluição. Esses ensinamentos não aprendíamos na escola, mas com os mais velhos, os anciões, os nossos mestres. Não devemos culpar os outros pelos nossos descuidos, mas sempre nos colocar no processo de transformação e mudança para com a nossa Mãe-Terra (Gadotti, 2009).

Os alimentos eram compartilhados entre as famílias, sem querer nada em troca. A convivência dos pais com os filhos era tranquila, ambos se respeitavam, sem palavras de ofensas que magoassem ou ferissem as pessoas. O período da minha infância, até os 12 anos, foi um momento de aprendizado com os meus pais, carregado intrinsecamente as lições de vida aprendidas quando criança.

Após os 12 anos, entrando na adolescência, comecei a entender melhor a cultura do meu povo e da minha aldeia. De acordo com Brandão (2009, p. 8), "Onde é necessário aprender habilidades especiais as crianças estão, em regra geral, ansiosas por saber o que os seus pais conhecem. O orgulho do trabalhador e o prestígio do bom artesão oprimam sua vida e elas necessitam de muito pouco estímulo para procurá-los por si mesmas."

Quando crianças sempre fomos ensinados a respeitar e preservar nossa cultura, que tem várias tradições. A exemplo, cito que a mulher em situação de parto deve evitar algumas comidas e frutas, só voltando a se alimentar normalmente após quarenta dias do parto. A mesma coisa acontece durante seu período menstrual, quando ela não pode tomar banho no igarapé, no rio ou andar na mata. Isso foi preservado pelos antigos, pois, segundo eles, o sangue da mulher é muito forte e provoca a fúria do mal que está na natureza. No entanto, as questões invisíveis da natureza somente o pajé e seus karuanãs conseguem enxergar, já que os demais humanos precisariam evoluir para adquirir esse dom.

O respeito com a Mãe-Terra e a natureza em geral acontece ainda em nossos dias. Esses relatos não são diferentes em outras aldeias ou povos indígenas. Lembro que aos 13 anos comecei a entender melhor os conselhos proferidos por meus pais referentes às tradições e aos costumes e crenças.

Contudo, muitas coisas em nossa cultura perderam-se por causa do progresso da comunidade, mas com o advento da internet e das novas tecnologias surgiram outras

possibilidades, principalmente nas demandas em torno da comunicação. Oliveira, (2014, p. 17) diz que “o que antes poderia demorar dias, ou até meses, hoje através da internet e das mídias digitais pode ser organizado em questão de hora.”. Com isso, perde-se a interação cultural e social entre os mais jovens.

Como já mencionado, não tínhamos energia, transportes etc. Com a chegada desses benefícios o cotidiano do nosso povo foi modificado e facilitado, mas também fomos perdendo práticas da nossa cultura, como usar a canoa e o remo para pescar ou usar lamparina. Houve um tempo que nosso meio de comunicação era a carta, o bilhete ou telegrama, passamos a usar radiofonia e hoje temos celulares.

Na minha fase de jovem, acompanhei o progresso na aldeia, assisti à chegada das novas tecnologias e da internet, cujo uso é essencial para nos conectarmos com o resto do mundo e para utilização em pesquisas, principalmente no ambiente acadêmico.

Atualmente a nova geração utiliza celular de marca, GPS, drone, computadores, notebooks ou tablets, abolindo a era da cultura, da crença e tradição. Percebo que estamos em uma nova era, não enxergamos as pessoas indo pescar de canoa remando, somente de motor, não temos pessoas falando na radiofonia, somente em celular, não se vê o uso de lamparinas, agora é energia, não se escreve mais cartas ou bilhetes, vivemos enviando e-mails. Lembro que quando eu tinha 18 anos já existiam algumas dessas tecnologias nas aldeias maiores, e aos poucos foram se expandindo para as menores comunidades.

A primeira escola da aldeia Açaizal começou a funcionar no dia 12 de março de 1984, na casa do senhor Manoel Sebastião dos Santos, conhecido como Sabá, primeiro morador dessa aldeia, que tinha uma casa bem ampla cujo espaço era também utilizado para reuniões e festas da comunidade. A primeira professora foi a senhora Aurea Lucia Lima Barbosa.

Nesse tempo, eu já estudava a 1ª série na aldeia Espírito Santo, onde minha mãe morava. Quando minha família resolveu vir morar na aldeia Açaizal, eu estava finalizando o 1º ano do ensino fundamental. Ao ser transferido da escola João Teodoro Forte para a escola São Sebastião do Açaizal, tive que começar tudo de novo. Na época sentíamos a necessidade de construir uma escola, e assim ela foi edificada, com duas salas de aulas e alojamentos para os professores. Esse prédio funcionou até 1998, e foi onde continuei meus estudos até o 5º ano.

Terminando essa etapa em 1998, através de convênio entre a Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO) e o governo do estado do Amapá, construiu-se uma escola maior na aldeia, com duas salas, cozinha, depósito de alimentos, banheiro e pátio, cobertura de telhas de barro, piso de concreto e parede de tábuas beneficiadas. Concluída a construção, as aulas começaram a ser ministradas no novo prédio, no dia 1º de março de 1999, com os professores Paulo Edson Cabral (diretor e professor), Rosalvo Vilhena Martins (professor) e Erasto dos Santos (monitor do pré-escolar).

Depois, com as lutas dos caciques, foi implantado o Sistema Organizacional Modular de Ensino Indígena (SOMEI), onde estudei do 6º até o 9º ano do ensino fundamental. Porém, para concluir essa etapa dos estudos levei quase nove anos, já que esse sistema não contava com profissionais suficientes para cobrir todas as disciplinas, ocorrendo várias lacunas. Nesse período eu já era cacique, e depois de concluir o 9º ano fiquei sem estudar por quase dez anos.

4 Os desafios no processo de formação escolar

Inicialmente, os indígenas da aldeia Açaizal, situada nas Terras Uaçá, foram introduzidos à educação por meio do extinto Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que oferecia exclusivamente a língua portuguesa. Essa oportunidade de progredir nos estudos foi limitada aos membros mais velhos da comunidade, e com o passar do tempo a responsabilidade de educar a população indígena passou para o Conselho Indígena Missionário – CIMI, que continuou a ministrar o ensino também exclusivamente em língua portuguesa, prática que persistiu mesmo durante o período da ditadura militar.

Segundo Wenczenovicz e Baez (2016), o governo militar implementou o Decreto-Lei 5.370, em 15 de dezembro de 1967, juntamente com a legislação de financiamento, em 1970, a fim de regulamentar as iniciativas de educação popular destinadas a combater o analfabetismo. Isso levou à criação do MOBRAL, que tinha como objetivo eliminar o analfabetismo no país dentro de uma década, por meio da utilização de métodos técnicos de ensino, principalmente no ensino complementar. Na realidade, o MOBRAL foi estrategicamente criado pelo regime militar como forma de angariar apoio e estabelecer laços mais estreitos com os setores marginalizados e desfavorecidos da sociedade, que eram afetados pelo analfabetismo. A intenção era cooptar a classe trabalhadora e suprimir movimentos que exigiam mudanças.

No âmbito das organizações não governamentais, uma em particular destaca-se pelo seu trabalho nas Terras do Uaçá: o CIMI, que desde a sua criação, em 1972 (Suess, 1989), promoveu ativamente a organização de lideranças indígenas em defesa dos seus direitos, facilitando reuniões e assembleias em todo o país. Esse período de mobilização social desencadeou uma onda de colaboração entre as comunidades indígenas, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, permitindo que líderes anteriormente isolados se conectassem e se unissem.

Diante desse contexto, apresento os desafios enfrentados durante a minha formação escolar. Aos 7 anos de idade, em 1980, iniciei meus estudos na aldeia Espírito Santo, mas ao final desse mesmo ano meu pai tomou uma decisão que afetou meus estudos, de forma que tive que abandonar o 1º ano do ensino fundamental, fazendo com que eu repetisse a série na aldeia Açaizal, onde estudei todos os anos iniciais do ensino fundamental, num período de aproximadamente 6 anos. Então, a partir do 5º ano começaram os desafios, pois a modalidade de ensino passou a ser o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e as aulas eram ministradas por docentes não indígenas. Um dos maiores agravantes enfrentados foi a falta de professores para atender a demanda, o que ocasionou uma grande demora na finalização dessa etapa do ensino. Não havia professores que atendessem as séries chamadas atualmente de anos finais do ensino fundamental.

Tais entraves educacionais geraram um enorme prejuízo aos educandos, pois, devido a essas dificuldades mencionadas, muitos abandonavam a escola, não vendo perspectivas de terminar os estudos. Diante desse fato, as turmas de 5ª a 8ª série da EJA levavam, em média, oito anos para concluir os estudos e ingressar no ensino médio.

A alegria por concluir a EJA foi transformada em tristeza, pois não havia perspectiva de implantação de ensino médio na Escola Indígena Estadual São Sebastião do Açaizal. No ano de 2010, ocorreu a chegada de professores do Sistema Modular Organizacional de Educação Indígena – SOMEI, que, a meu ver, foi considerado o grande divisor de águas, pois transformou o meu sonho, junto com meu povo, de cursar o ensino médio, em realidade.

O projeto SOMEI adentrou a aldeia no ano de 2010, por meio da disciplina língua materna, ministrada pelo professor Estácio dos Santos, e história, com o professor Jucemir Couto. Esses docentes, após observarem a situação dos moradores que já haviam concluído o ensino fundamental, sensibilizaram-se e elaboraram um documento para apresentar à

Secretaria do Estado de Educação do Amapá – SEED-AP, mostrando a importância e as bases legais para a implantação do ensino médio na aldeia Açaizal.

No ano seguinte, a partir do mês de fevereiro, começaram as aulas modulares de cinquenta dias letivos para a nossa turma de ensino médio. A saga maior desse estudo modular foi o quantitativo de professores que eram disponibilizados para a comunidade. Um dos problemas era o alojamento, que não comportava um número grande de educadores. A escola construída pelo governo do estado há muito tempo estava parcialmente deteriorada, mesmo a comunidade realizando a manutenção da estrutura física dela, tanto que o casarão da comunidade era usado como sala de aula, como é atualmente. Nesse trajeto, ressalto a importância do projeto SOMEI, bem como a paciência e dedicação desses profissionais da educação que sempre demonstraram e desempenharam o melhor de si para a nossa formação escolar.

Apesar de todos esses entraves, todo o tempo que aguardamos a chegada de professores, normalmente contratados, nunca me desanimou e tampouco deixei meus parentes desanimarem, e hoje percebo que os nossos esforços não foram em vão, mas sim uma conquista para toda a aldeia.

Uma turma composta por dezoito alunos oriundos do ensino fundamental obteve a conclusão do ensino médio sem a necessidade de sair de sua comunidade. Após a conclusão dessa etapa estudantil, veio a luta para obter meu certificado de ensino médio, o que recentemente, com muito esforço, foi entregue pelo Núcleo de Educação Indígena – NEI.

Durante minha gestão como cacique, em momento algum obtive qualquer tipo de benefício. Sempre me inscrevi em processos seletivos para ingressar em um curso de nível superior, inclusive fiz duas vezes o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, tentando entrar na Universidade Federal do Pará – UFPA, porém não logrando êxito. Contudo, nunca desisti do sonho de ter um diploma de nível superior, sempre persistindo.

Quando da implantação do campus Binacional da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, no município de Oiapoque, não havia cotas para indígenas, essa foi uma luta árdua dos caciques, inclusive eu à frente, como uma liderança ativa em movimentos sociopolíticos e econômicos. Lutamos e conseguimos a criação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLII.

Submeti-me ao processo seletivo do curso intercultural indígena por duas vezes, porém não fui aprovado. Ainda assim, continuei buscando realizar meus objetivos, não desistindo de ingressar na universidade, e com isso aguardei uma nova oportunidade. Participamos de uma reunião no centro de formação Domingos Santa Rosa, no Km 18, em que haveria uma votação porque os docentes não ansiavam aceitar indígenas em nenhum outro curso do campus Binacional de Oiapoque. Nesse dia todas as lideranças resolveram invadir a universidade para que não acontecesse a referida votação.

Os professores alegavam que indígenas e quilombolas não tinham condições financeiras para viver na cidade e estudar, e até mesmo capacidade intelectual para cursar uma universidade. Dessa forma, criamos um grupo de trabalho para acompanhar os trâmites dentro e fora da universidade. E como não houve acordo com eles, o grupo de trabalho lutou bravamente e só conseguiu ganhar a causa através do Ministério Público.

Depois de tudo isso, quando foi aberto o processo seletivo, fiz minha inscrição e, com fé em Deus, fui aprovado e pude regozijar-me como terceiro classificado para ingressar na Universidade Federal do Amapá, campus Binacional, no curso de Licenciatura em Pedagogia, visando atuar nas escolas da minha comunidade.

Minha trajetória como cacique sempre foi voltada ao melhoramento da comunidade, fosse na educação, saúde, transporte, ou segurança, e visando, para o meu povo, o direito a concorrer a empregos, vagas em quaisquer cursos e benefícios do governo federal, estadual e municipal.

Em 2009, aconteceu uma reunião com todos os líderes das terras Uaçá, resultando na criação de um documento chamado de Plano de Vida, que aponta seis áreas fundamentais para o desenvolvimento da região: saúde, educação, produção, território e meio ambiente, cultura e movimento indígena, como resultado de pesquisas com técnicos e profissionais de diversos órgãos governamentais e não governamentais como:

- ✓ Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP;
- ✓ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- ✓ The Nature Conservancy – TNC;
- ✓ Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ;
- ✓ Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Assim, decidiu-se por desenvolver um manejo de produtos baseado nos eixos de temas abordados pelo Plano de Vida, como, por exemplo, a cadeia de processamento do

açaí, originário da região, por ser um processo de manejo com baixo impacto ambiental e bom retorno financeiro, adequado às aldeias que participaram do projeto.

Em 2013, houve a criação do Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), dos povos indígenas do Oiapoque, resultado de uma longa história de ações e luta dos povos indígenas daquela região, construído como um importante instrumento de planejamento do uso do território e articulação dessas populações com as políticas públicas e parceiros.

Esse programa acabou trazendo um novo olhar para a forma de buscarmos ferramentas para melhor cuidar do nosso território. O PGTA aborda projetos de controle e proteção territorial, manejo e uso sustentável dos recursos naturais e educação para a gestão territorial e ambiental. Para o saudoso cacique Paulo Silva, da aldeia Kumarumã, “Para viver bem hoje e no futuro, proteger nossa terra e seus recursos naturais, manter nossos valores e nossa cultura”.

O livro Uasei (2015) conta um pouco da história da aldeia Açaizal e como nosso povo se organiza. Nesse livro há histórias e relatos de experiências e conhecimentos das pessoas mais antigas em relação à natureza e à Mãe-Terra.

No ano de 2014, pensou-se num protocolo de consulta dos povos indígenas de Oiapoque pelos caciques. Tal instrumento seria um aporte jurídico e legal, como uma ferramenta de defesa contra grandes corporações empresariais que há muito tempo demonstravam olhares de cobiça sobre as terras indígenas.

Esse protocolo foi elaborado e publicado no ano de 2019. Todo e qualquer empreendimento que adentrar as terras indígenas tem que passar por nosso protocolo de consulta, que tem que ser livre, previamente informado e de boa fé.

Ocorrem muitas mudanças e a gente vai ficando frágil para lidar com as pressões de fora, com os impactos do entorno. Agora parece ser o momento de colocar essas normas no papel, pois elas já estão enfraquecidas na mente e no coração das pessoas (Domingos Santa Rosa – Liderança, Galibi Marworno).

A partir disso, foi criada uma associação, no ano de 2020, com o nome de UASEI, para organizar a gestão e o processamento do açaí, com a participação dos povos indígenas das terras Uaçá, dos povos Juminã e Galibi, incluindo representantes tão diversos como a Associação Indígena Karipuna (AIKA); a Associação Indígena dos Povos Galibi Marworno

(AIPGM); a Associação Indígena Palikur (AIPA); e a Nana Kalinã, em que sou o atual presidente.

Vale ressaltar que a Uasei só desenvolve suas atividades com produtos provenientes de terras indígenas e, ao final da colheita do açaí, a fábrica suspende a colheita na floresta e vende apenas a polpa ou o açaí liofilizado. Em qualquer caso a venda se realiza dentro ou fora da aldeia, até mesmo sendo um produto de exportação.

De acordo com Martinot, Pereira e Silva (2017), a criação de uma associação que trabalhe com produtos extrativos é de extrema importância para a proteção e manejo das áreas florestais como meio de subsistência familiar. Através dessas associações, e graças a uma exploração consciente da floresta, é possível obter condições para que os povos indígenas permaneçam dignamente em suas aldeias, proporcionando-lhes, assim, boas condições de educação e saúde.

5 Considerações finais

Este trabalho fez com que eu refletisse com novo olhar sobre a minha trajetória de homem cacique, pai e acadêmico originário da floresta da etnia Karipuna. Atualmente, aos 50 anos, reflito sobre atitudes que talvez tenha no futuro, dependendo de minhas ações atuais, visto que muitas vezes senti angústia e tristeza no meu coração e chorei por ficar dois a três anos sem sentar-me em uma cadeira na escola.

Diante dos obstáculos, sentia, muitas vezes, uma vontade gigantesca de desistir, mas ouvia conselhos de amigos, parentes e professores, para que perseverasse e não abandonasse meus sonhos. Entre os professores, relembro a docente Adalnisia Araújo, do projeto SOMEI, que me fazia não desistir.

A maneira que Adalnisia lecionava fez com que eu desejasse ter um curso de nível superior, mas através dos meus pensamentos ajuizava: em quantos anos concluirei um curso superior? Sempre encontrei apoio e corações caridosos que me confortavam e me faziam desejar seguir. Apesar dos vários obstáculos e desafios encontrados em toda a minha trajetória escolar, como liderança sociopolítica dentro da minha comunidade Açaizal estou sempre reforçando os “parentes” para que não desistam dos estudos e busquem seus objetivos.

O presente trabalho teve por finalidade reviver as minhas trajetórias, por meio das memórias ao longo da vida. A relevância de tais recordações reside na busca por investigar o potencial das memórias, o que me propiciou reflexões valiosas. Durante toda minha

experiência de vida e expectativas estudantis sempre estive engajado em concluir meus estudos, o que contribuiu muito com o avanço dos meus conhecimentos no campo da educação escolar indígena.

Assim, essas memórias representam um ponto de partida para outras pesquisas, reflexões e diálogos nos estudos acadêmicos, especialmente, os povos indígenas.

Referências

ANCELMO, José Wanderson Gonçalves de; SILVA, Luiz Eduardo Paulino da. Um estudo bibliográfico e o olhar reflexivo na Educação da criança pré-histórica. 8. **Fórum Internacional de Pedagogia**, Altamira-Pará/Brasil. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/fiped2022/499088-um-estudo-bibliografico-e-o-olhar-reflexivo-na-educacao-da-crianca-pre-historica>. Acesso em 06/06/2024.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: Introdução à filosofia. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1986.

BANIWA, Trinho Trujillo. Saúde e alimentação em áreas rurais e urbanas: um testemunho indígena. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012.

BASTA, Paulo Cesar; ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; ARANTES, Rui. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 60-106.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CUNHA, Arthur Arantes da; NAZIMA, Maira Tiyomi Sacata Tongu; CASTILHO-MARTINS, Emerson Augusto. Covid-19 entre indígenas na Amazônia brasileira: fatores associados ao óbito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 2, p. e210368pt, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sausoc/article/view/198718>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FONTE, Ana Paula Nóbrega da. **Uasei, o livro do Açaí**: saberes do povo Karipuna. Grupioni, São Paul: Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra. 2000

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 6ª ed. São Paulo: Peiropólis, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDAR, Jó. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jó. DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2011.

MALATIAN, Teresa. **Escrita de si e narrativa histórica**. Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP / Franca. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/46186/1/01d21t03.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

MARTINOT, Jan Feldmann, PEREIRA, Henrique dos Santos e SILVA, Suzy Cristina Pedroza da. Coletar ou Cultivar: as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 55, n. 4, p. 751–766, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550408>. Acesso em: 3 mar. 2024.

OLIVEIRA, Patrícia Renner de. **O papel das mídias sociais e digitais no século XXI: um estudo da manifestação ocorrida na cidade de São Paulo, em 17 de junho de 2013**. 47 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Públicas) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2014

REIS, Ana Cecília Antunes dos. **A importância da educação infantil para o processo de formação humana**. 31 fls. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2022.

SILVA, Luiz Eduardo Paulino da. **Entre tempos, lembranças e narrativas: Memórias e trajetórias das professoras egressas da Escola Normal em Bananeiras/PB. (1983-2017)**. Editora Real Conhecer. Formiga (MG), 2022.

SUESS, Paulo. **A Causa Indígena na Caminhada do CIMI: 1972–1989**. Petrópolis: Vozes, 1989.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina, BAEZ, Narciso Leandro Xavier. Direitos fundamentais, educação indígena e identidade emancipatória: reflexões acerca de ações afirmativas no Brasil. **Revista Brasileira de Direito**, Porto Alegre, v. 12 n. 2 jul./dez. p. 95-107, 2016.

Sobre os autores

José Damasceno Forte Karipuna

Graduação em Licenciatura em Pedagogia (Unifap). Atua como gestor escolar na escola Indígena. Email: dkaripuna@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0715-5550>

Luiz Eduardo Paulino da Silva

Graduação Pedagogia (UEPB) e Ciências Biológicas (UEPB). Especialização em Educação e Novas Tecnologias (UEPB) e Educação Ambiental (UFSM). Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática (UEPB). Doutorado em Educação (UERJ). Docente do Departamento de Educação (Unifap). Pesquisa Memória e formação de professores na Educação Infantil. Lecionando as disciplinas na área da Educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa LEME Leitura e Memória: grupos sociais e diversidade, com ênfase em diversos campos da memória. Coordenador do grupo de Pesquisa LEI – Laboratório Educação Infantil: criança, natureza e ludicidade. Autor do livro *Narrando para não esquecer, vida, experiência e formação docente*. O qual faz parte de uma experiência de creche. Organizador de alguns livros e autor de *Contos Contados o final por você revelado*. Além dos livros infantis em produção. E-mail: paulino.jesus@unifap.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0715-5550>.

Recebido em: 04/09/2024

Aceito para publicação em: 30/09/2024